

# Nota Técnica

**Nº 46**

---

**Diest**

Diretoria de Estudos e Políticas do  
Estado, das Instituições e da Democracia

Novembro de 2020

## TRABALHO, POPULAÇÃO NEGRA E PANDEMIA: NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS RESULTADOS DA PNAD COVID-19

Tatiana Dias Silva  
Sandro Pereira Silva





# Nota Técnica

**Nº 46**

---

**Diest**

Diretoria de Estudos e Políticas do  
Estado, das Instituições e da Democracia

## TRABALHO, POPULAÇÃO NEGRA E PANDEMIA: NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS RESULTADOS DA PNAD COVID-19

Tatiana Dias Silva  
Sandro Pereira Silva

**ipea**

## Governo Federal

### Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

# ipea

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### Presidente

Carlos von Doellinger

#### Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

#### Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

#### Diretor de Estudos e Políticas

##### Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

#### Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

#### Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

#### Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

#### Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

#### Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# Nota Técnica

## TRABALHO, POPULAÇÃO NEGRA E PANDEMIA: NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS RESULTADOS DA PNAD COVID-19

**Nº 46**

---

**Diest**

Diretoria de Estudos e Políticas do  
Estado, das Instituições e da Democracia

Tatiana Dias Silva

Sandro Pereira Silva

Novembro de 2020

**ipea**

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **Tatiana Dias Silva**

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: <tatiana.silva@ipea.gov.br>.

### **Sandro Pereira Silva**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/nt46diest>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.  
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 MUNDO DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO BRASIL.....	7
3 POPULAÇÃO NEGRA E TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	8
4 CONCLUSÃO .....	13
REFERÊNCIAS.....	13





O mercado de trabalho é o canal por onde se expressa, de forma bastante contundente, a estrutura de desigualdades presente na dinâmica social. E, como o Brasil detém níveis reconhecidamente altos de desigualdade socioeconômica quando confrontado com outros países, qualquer análise mais aprofundada desses indicadores deve levar em consideração esse ponto (Costa e Silva, 2020).

No âmbito das desigualdades promovidas direta ou indiretamente pelo racismo, elemento estrutural da sociedade, seus efeitos se agudizam em tempos de incertezas por diversos aspectos das condições de vida da população, tanto pelo modo como distribuem condições de enfrentamento às consequências das crises quanto na tendência a produzir efeitos proporcionalmente desfavoráveis aos grupos já vulnerabilizados (Matijascic e Silva, 2014; IBGE, 2019).

É nesse contexto que, servindo-se dos dados apresentados recentemente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no âmbito da pandemia (PNAD Covid-19), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), procuramos compartilhar algumas reflexões sobre a condição laboral da população negra no Brasil. A PNAD Covid-19 visa captar tanto aspectos da crise sanitária quanto seus efeitos no mundo do trabalho a partir de um painel domiciliar, com informações obtidas por contato telefônico (IBGE, 2020a). O questionário é composto por três seções: saúde (sintomas, providências e atendimento médico), trabalho (ocupação, trabalho remoto, afastamento, busca por ocupação e rendimento do trabalho) e rendimentos além do trabalho.

O texto encontra-se então organizado da seguinte forma: na seção 2, é apresentado um panorama sucinto sobre as condições do mercado de trabalho brasileiro anteriormente aos efeitos da pandemia; na seção 3, são discutidos alguns dos principais resultados das mudanças do mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia e suas diferenças em termos raciais; por fim, são tecidas as conclusões na seção 4.

## 2 MUNDO DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO BRASIL

Nesta seção, chamamos a atenção para o fato de que a crise econômica resultante das medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 incidiu sobre um cenário já debilitado em termos de dinâmica recente da economia brasileira e, por conseguinte, do comportamento do mercado de trabalho nacional.

Para uma breve síntese das transformações do panorama laboral, cabe destacar a recuperação da atividade econômica no período 2004-2014, quando a taxa de crescimento anual do produto interno bruto (PIB) praticamente dobrou em relação à década anterior, aliada à manutenção de relativo controle do nível de preços e das finanças públicas. Com isso, os índices de desemprego apresentaram queda contínua, fechando 2014 com média de 6,5%, medida pela PNAD à época. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) registraram saldos líquidos anuais positivos de criação de novos postos de emprego formal, com média de 1,8 milhão ao ano (a.a.) nesse mesmo período, acarretando quedas substanciais nos índices de informalidade (Silva, 2018). Paralelamente, outras decisões de política pública, como a valorização real do salário mínimo e o fortalecimento de programas sociais, proporcionaram uma tendência virtuosa de redução das desigualdades de renda, conforme identificado por diversos autores à época (Kerstenetsky, 2019).

Contudo, a economia brasileira enfrentou logo em seguida uma forte recessão, com queda brusca no PIB, entre 2015 e 2016 (em torno de 7%, somados), e a manutenção de certa estagnação nos três anos seguintes, crescendo em torno de 1% a.a., além de apresentar seguidos *deficit* fiscais. Esse cenário de queda da atividade econômica, seguida de relativa estagnação, impactou diretamente no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego flutuando em patamares próximos ao dobro do que era no período pré-crise. Outras evidências indesejadas, a partir de então, foram elevações nos seguintes indicadores: *i*) parcela da população em situação de desemprego de longa duração; *ii*) desemprego oculto por desalento; *iii*) parcela de trabalhadores ocupados subutilizados por insuficiência de horas trabalhadas; *iv*) desigualdade dos rendimentos do trabalho entre os indivíduos ocupados; e *v*) informalidade da força de trabalho ocupada (Ipea, 2020b).

Os dados dos primeiros meses de 2020, abordando justamente a transição para o reconhecimento da pandemia no Brasil (entre a primeira e a segunda quinzena de março), demonstram uma exacerbação da crise do mercado de trabalho. Até o final de maio, a população ocupada total já havia diminuído em torno de 7 milhões de pessoas,

1. Os autores agradecem Maira Albuquerque Penna Franca e Felipe Mendonça Russo, pesquisadores do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea, pelo processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no âmbito da pandemia (PNAD Covid-19).

comparada ao mesmo período do ano anterior, e, no acumulado do ano até esse período, já se registrava um saldo negativo de mais de 1,1 milhão de empregos formais.

A taxa de desocupação estimada subiu de 11,8% para 12,8% entre fevereiro e maio de 2020, e só não foi maior devido à queda substancial da taxa de participação da força de trabalho (de 62% para 56%) no mesmo período, sobretudo em função da parcela da população sem emprego que deixou de buscar recolocação devido às medidas necessárias de prevenção sanitária. Conforme identificou Hecksher (2020), os números da PNAD em abril indicavam que a população ocupada foi inferior a 50%; ou seja, pela primeira vez desde que esse indicador é medido, o contingente de pessoas em idade ativa (14 anos ou mais) não ocupadas no país superava o de ocupadas.

As estimativas apontam para uma queda absoluta da ocupação em torno de 9,9 milhões entre fevereiro e maio de 2020, além de aumento da população desalentada (+1,2 milhão) e queda dos ocupados com contribuição previdenciária (-3,3 milhões). Como resultado, a massa de rendimentos efetivamente recebidos apresentou redução de R\$ 37 bilhões, queda de 16,5%.<sup>2</sup> Os primeiros dados da PNAD Covid-19 já indicavam que 5,2% dos domicílios brasileiros (cerca de 3,5 milhões) sobreviveram no mês de maio somente com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial do governo federal, passando no mês seguinte para 6,5%, 4,5 milhões de domicílios (Carvalho, 2020a; Ipea, 2020a).

Praticamente todos os setores econômicos registraram retração no nível do emprego em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que os mais afetados foram: comércio, construção civil, alimentação e alojamento, além da categoria de serviços domésticos, marcada fortemente por vínculos informais. Os únicos setores que não sofreram retração foram: agricultura, serviços para empresas (informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas) e administração pública (Ipea, 2020a).

Em termos de segmentação populacional, os dados disponíveis demonstram que todos os grupos demográficos foram atingidos pela crise. Contudo, algumas diferenças podem ser acentuadas, sobretudo quando se foca o aspecto racial, componente estrutural do mercado de trabalho brasileiro (Ipea, 2012; 2014). A seção seguinte se atenta justamente a essas diferenças identificadas em termos raciais.

### 3 POPULAÇÃO NEGRA E TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A seguir, serão tratados os dados da PNAD Covid-19 em três aspectos considerados fundamentais no contexto da crise sanitária e seus respectivos efeitos na condição laboral da população negra brasileira: *i*) desocupação e informalidade; *ii*) afastamento temporário do trabalho e trabalho remoto; e *iii*) desemprego por desalento causado pela pandemia.

#### 3.1 Desocupação e informalidade

Segundo dados da PNAD Covid-19, as pessoas que se declararam pretas e pardas correspondiam, em junho de 2020, a 54,9% da força de trabalho,<sup>3</sup> sendo 52,5% dos ocupados<sup>4</sup> e 60,3% dos desocupados neste mês de referência. Durante os primeiros meses da pandemia no país, a taxa de desocupação cresceu para todos os grupos de cor ou raça, com média geral passando de 10,7% para 13,1% entre maio e julho. Considerando-se somente a população negra – homens e mulheres –, essa elevação foi ainda superior: passou de 10,7% e 13,8% para, respectivamente, 12,7% e 17,6% (tabela 1).

Considerando-se a ocupação informal, estima-se que 37,2% dos ocupados estavam nessa situação em maio de 2020, sendo que a informalidade nas relações de trabalho incide majoritariamente sobre a população negra, como demonstra a tabela 1. Os efeitos dessa alta informalidade expõe os trabalhadores, de modo mais acentuado, aos riscos de uma atividade laboral com escassa regulamentação e baixo acesso a mecanismos de seguridade social (seguro-desemprego, abono salarial, aposentadoria), além submetê-los a maior volatilidade de renda e precariedade nos vínculos de emprego. Em tempos de crise, o risco de desocupação desprotegida intensifica o quadro de vulnerabilidades. Note-se também que uma leve redução da taxa de informalidade no mês de julho pode estar relacionada com a queda na taxa de participação da força de trabalho e o aumento da desocupação (como mostra a tabela 1), ou seja, parte do contingente que estava na informalidade passa à situação de desocupação, ou mesmo de inatividade.

2. Segundo Carvalho (2020a), a queda da massa de rendimentos em função da pandemia é causada tanto pela diferença entre a massa salarial efetivamente recebida e a massa habitualmente recebida entre aqueles que permaneceram ocupados quanto pela perda de rendimentos daqueles que perderam a ocupação.

3. Pessoas com 14 anos ou mais, ocupadas e desocupadas.

4. Consideram-se ocupadas “as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (...) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana” (IBGE, 2020a, p. 8).

TABELA 1

## Dados de ocupação por cor ou raça e sexo – Brasil (2020)

Indicadores	Maio				
	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos
Pessoas na força de trabalho (1 mil)	94.533	21.020	19.595	29.104	23.637
Taxa de participação (%)	55,6	44,6	49,6	63,6	66,7
Taxa de desocupação (%)	10,7	13,8	10,5	10,7	8,2
Taxa de informalidade (%) <sup>1</sup>	37,2	41,4	31,8	41,6	32,7
Indicadores	Junho				
	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos
Pessoas na força de trabalho (1 mil)	95.264	21.272	19.645	29.685	23.594
Taxa de participação (%)	56,0	44,9	49,7	64,5	66,8
Taxa de desocupação (%)	12,4	16,1	12,0	12,5	9,3
Taxa de informalidade (%)	37,3	41,5	31,1	42,3	32,9
Indicadores	Julho				
	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos
Pessoas na força de trabalho (1 mil)	93.737	20.598	19.141	29.391	23.540
Taxa de participação (%)	55,1	43,5	48,5	63,9	66,4
Taxa de desocupação (%)	13,1	17,6	13,0	12,7	9,5
Taxa de informalidade (%)	36,2	39,3	29,2	41,9	32,2

Fonte: PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b).

Nota: <sup>1</sup> Informalidade = (sem carteira + conta-própria não contribui previdência + empregador não contribui previdência + não remunerados) / total de ocupados.

Obs.: O total inclui pessoas de cor amarela ou indígena.

Considerando-se, por fim, a média de todos os rendimentos do trabalho, os números da PNAD Covid-19 apontam que a renda média habitualmente recebida em junho representou 83% do valor recebido no mesmo mês do ano anterior. Essa diferença é ainda maior para os trabalhadores por conta própria (63,4%) e os empregados sem carteira do setor privado (79,1%) (Carvalho, 2020b). Não se verificam diferenças significativas entre a perda salarial comparada entre brancos (83,5%) e negros (83,1%) em junho. Importa destacar, todavia, que se parte de bases bastante desiguais – uma vez que o rendimento médio efetivamente recebido de todos os trabalhos da população negra correspondia a apenas 61,5% do percebido pelos trabalhadores brancos em junho de 2020 (R\$ 1.498 contra R\$ 2.434, respectivamente).

### 3.2 Afastamentos e trabalho remoto

Durante a pandemia e mediante as orientações sanitárias, muitos estados e municípios implementaram medidas de distanciamento social (Sá, 2020; Moraes, 2020). Por um lado, os efeitos dessas medidas na atividade econômica levaram várias empresas a diminuir suas atividades produtivas, ou mesmo encerrá-las, reduzindo a demanda por trabalho ou ainda valendo-se de iniciativas governamentais para suspensão temporária dos contratos de trabalho. Por outro lado, essa reconfiguração do ordenamento produtivo levou muitas organizações a revisarem seus processos de trabalho, privilegiando, em alguns casos, o trabalho remoto. Com efeito, o modo como os indivíduos vivenciaram sua atividade laboral nesse período tem direta relação com as clivagens e hierarquias do mundo do trabalho, inclusive no tocante às desigualdades raciais (Costa e Silva, 2020).

Na PNAD Covid-19, foi perguntado se o indivíduo estava afastado temporariamente de algum trabalho.<sup>5</sup> Em maio de 2020, 18,6% dos ocupados encontravam-se nessa situação devido ao distanciamento social. Como pontuam Lameiras e Cavalcanti (2020), esse indicador seguiu em queda nos meses subsequentes, o que reflete a suspensão ou flexibilização de medidas de distanciamento social em curso até então.<sup>6</sup>

Nessa mesma pesquisa, a população negra, que correspondia a 52,3% dos ocupados, representou 58,4% dos afastados temporariamente em maio. Essa sobrerrepresentação também é verificada nos meses seguintes. O afastamento foi mais intenso para o grupo das mulheres negras. Apesar de corresponderem a 21,5% do total de ocupados, elas representaram 30,9% das pessoas afastadas temporariamente do trabalho. Como mostra a tabela 2, embora o percentual de afastamento tenha diminuído nos meses seguintes, o grupo das mulheres negras, em particular, permaneceu como o mais afetado pelo afastamento do trabalho.

TABELA 2

Pessoas ocupadas afastadas devido ao distanciamento social por sexo e cor ou raça

Indicadores	Maio				
	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos
Pessoas ocupadas (1 mil)	<b>84.404</b>	18.128	17.540	25.986	21.703
Pessoas ocupadas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social (1 mil)	<b>15.725</b>	4.856	3.500	4.322	2.826
Participação no total de ocupados (%)	<b>18,6</b>	26,8	20,0	16,6	13,0
Indicadores	Junho				
	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos
Pessoas ocupadas (1 mil)	<b>83.449</b>	17.848	17.279	25.984	21.391
Pessoas ocupadas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social (1 mil)	<b>11.814</b>	3.792	2.649	3.198	2.023
Participação no total de ocupados (%)	<b>14,2</b>	21,2	15,3	12,3	9,5
Indicadores	Julho				
	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos
Pessoas ocupadas (1 mil)	<b>81.484</b>	16.971	16.646	25.654	21.297
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social (1 mil)	<b>6.784</b>	2.250	1.561	1.757	1.127
Participação no total de ocupados (%)	<b>8,3</b>	13,3	9,4	6,8	5,3

Fonte: PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b).

Obs.: 1. Os indicadores de mercado de trabalho referem-se às pessoas com 14 anos ou mais e têm como referência a semana anterior à entrevista.

2. O total inclui pessoas de cor amarela ou indígena.

A posição na ocupação explica parte dessas diferenças. Por exemplo, o trabalho doméstico informal (sem carteira) representava 3,8% das ocupações em maio, mas correspondia, nesse período, a 6,9% dos trabalhadores ocupados afastados temporariamente. Ou seja, foi uma categoria significativamente atingida durante a pandemia: o contingente de pessoas ocupadas no trabalho doméstico passou de 4.458 mil, em maio, para 3.946 mil em julho de 2020, uma perda estimada de 11,5% de postos de trabalho em três meses. Vale ressaltar que a categoria de trabalho doméstico é composta majoritariamente por mulheres (92,3%), entre as quais 67,7% são negras, com ampla e crescente atuação da categoria na modalidade de diaristas (Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos, 2020).

5. "Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de quarentena, isolamento, distanciamento social ou férias coletivas devido à pandemia; férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.)" (IBGE, 2020a, p. 8).

6. "Esse número, que foi, em média, 15,8 milhões em maio (18,7% do total de pessoas ocupadas) e 11,8 milhões em junho (14,2% do total), caiu para 5,8 milhões na semana de referência e atingiu, na média de julho, 6,8 milhões de pessoas (8,4% do total de ocupados)" (Lameiras e Cavalcanti, 2020, p. 1).

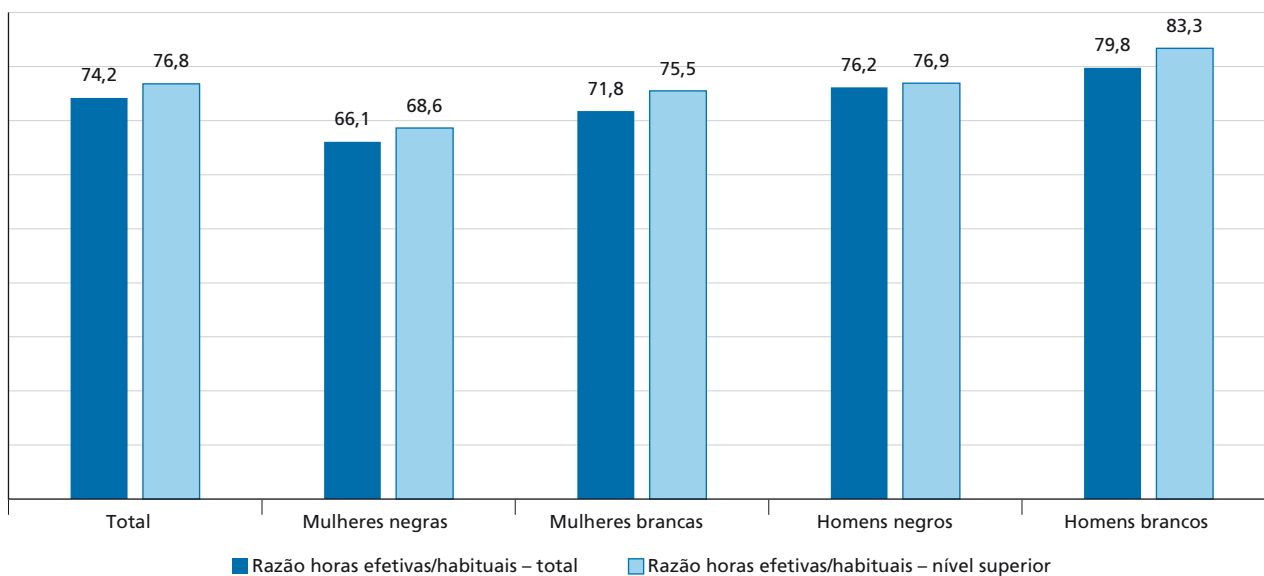
Com efeito, as ocupações com vínculos mais frágeis foram as mais afetadas pelo distanciamento social. Enquanto os empregados sem carteira do setor privado e por conta própria representavam 9,6% e 29,0% dos ocupados, eram, respectivamente, 11,8% e 35,0% dos afastados devido ao distanciamento social. Pode-se também destacar alguns setores, sobre os quais a estratégia do distanciamento social teve maior impacto, considerando sua participação nos afastamentos temporários *vis-à-vis* sua participação no total das ocupações: alojamento e alimentação (8,5% *versus* 5,6%), serviços domésticos (8,2% *versus* 5,3%) ou administração pública, defesa e seguridade social (21,5% *versus* 19,5%). Importa considerar que grande parcela dos afastamentos ocorreu sem qualquer remuneração.<sup>7</sup>

No caso dos trabalhadores com contrato, parte deles pode ter tido suas jornadas suspensas ou reduzidas com base no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei nº 14.020, conversão da Medida Provisória nº 936/2020). Dada a abrangência e a duração limitadas dessa norma, e diante da redução das medidas de distanciamento social, é importante monitorar, neste caso, como esses vínculos são (ou não) reintegrados às atividades econômicas. Considerando-se o impacto da pandemia nas micro e pequenas empresas, segmento intensivo em mão de obra (Nogueira, Silva e Carvalho, 2020), é plausível supor que parte desses vínculos migrem para a desocupação ou mesmo para fora da força de trabalho, em parte configurando-se em desemprego oculto por desalento causado pela pandemia.

O gráfico 1 traz informações sobre as horas de trabalho habituais e efetivas no mês de referência durante a pandemia. Como é possível verificar, as trabalhadoras negras foram as que tiveram maior redução de jornada de trabalho, com conseqüente repercussão nos rendimentos, já historicamente inferiores em relação a outros grupamentos de cor e sexo (Marcondes *et al.*, 2013). Os dados mostram também que, mesmo entre os profissionais com nível superior, as mulheres negras foram as únicas que passaram a uma carga horária inferior a 70% da habitual.<sup>8</sup>

GRÁFICO 1

Razão entre a média de horas habitualmente e efetivamente trabalhadas, por sexo e cor ou raça (jun. 2020)  
(Em %)



Fonte: PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b).

Obs.: Horas habitualmente e efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos na semana de referência.

Por sua vez, mais de 8,7 milhões de trabalhadores permaneceram exercendo sua atividade laboral de forma remota, correspondendo a 10,3% dos ocupados em maio, com redução dessa taxa nos meses seguintes. O trabalho remoto foi a realidade para 17,6% dos ocupados (não afastados) brancos e para apenas 9% dos negros nessa situação (tabela 3). Somente cerca de um terço do total de trabalhadores ocupados em atividade remota era composta de trabalhadores negros. Tal como os outros fenômenos analisados, essa distribuição varia conforme posição na ocupação, setores e atividades desempenhadas e qualidade dos vínculos. Por exemplo, enquanto 31,1% das pessoas com nível superior completo ou pós-graduação encontravam-se em trabalho remoto em julho, esta era a realidade para apenas 1,1% dos trabalhadores com fundamental completo ao médio incompleto.

7. Verificou-se que, "entre os ocupados que estavam afastados do trabalho que tinham na semana de referência no Brasil (14,8 milhões), aproximadamente 7,1 milhões de pessoas estavam sem a remuneração do trabalho", o que "representava 48,4% do total de pessoas afastadas"; "em maio este percentual chegou a 51,3%" (IBGE, 2020a, p. 3).

8. Vale ressaltar que, em relação à escolaridade, o único grupo sub-representado entre os afastados pelo distanciamento social, em comparação à sua participação no total da ocupação, é o de trabalhadores com formação superior ou com pós-graduação, que representavam 24,1% dos ocupados em maio e 19,7% dos afastados devido ao distanciamento social. Não por acaso, este é o grupo que mais permaneceu vinculado a suas ocupações por meio do trabalho remoto.

TABELA 3

## Pessoas não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota (2020)

Situação	Total	Branco	Negro
Maio			
Pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota (1 mil)	8.709	5.550	2.987
Pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota (%)	100,0	63,7	34,3
Proporção de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho (%)	13,3	17,6	9,0
Junho			
Pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota (1 mil)	8.694	5.547	2.995
Pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota (%)	100,0	63,8	34,5
Proporção de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho (%)	12,7	17,0	8,5
Julho			
Pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota (1 mil)	8.403	5.419	2.844
Pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que trabalhavam de forma remota (%)	100,0	64,5	33,8
Proporção de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho (%)	11,7	16,0	7,7

Fonte: PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b).

Outro elemento importante de análise é que, no conjunto dos trabalhadores considerados essenciais, sobretudo nos setores de serviços, alimentação e saúde, conta-se com grande participação de trabalhadores negros, notadamente nas atividades operacionais e de menor remuneração. Não raro esses segmentos, além de vivenciarem as consequências de vínculos precários, também reúnem menos recursos materiais para se protegerem da Covid-19, dadas as condições de habitação ou uso intensivo de transporte público. Caso sejam acometidos pela doença, também tendem a vivenciar maior dificuldade de tratamento, dadas as restrições econômicas para o acesso à saúde (medicamentos e cuidados).

### 3.3 Desalento pela pandemia

A busca por ocupação é fator-chave para se entender o posicionamento dos indivíduos no mundo do trabalho e, consequentemente, nas estatísticas do trabalho. Nesta seção, o foco são as pessoas com 14 anos ou mais que não trabalharam no período de referência e não buscaram uma ocupação (ou seja, estavam fora da força de trabalho), mas gostariam de trabalhar, encontrando-se em condição de desemprego oculto por desalento.

Se o desalento se acentua em épocas de crise econômica, no cenário de pandemia, a falta de condições e expectativas para buscar trabalho tende a ser agravada pelas condições sanitárias e seus efeitos. Conforme demonstrado na tabela 4, em julho, 36,9% da população acima de 14 anos fora da força de trabalho (inativa), cerca de 28 milhões de pessoas, encontrava-se na situação de desalento. Desse conjunto, cerca de dois terços (65,3%) correspondiam a indivíduos negros. Ressalta-se que 67,0% do total de desalentados atribuem essa condição à pandemia, o que chamamos neste texto de *desalentados pela pandemia*.

TABELA 4

## Pessoas fora da força de trabalho na semana de referência – Brasil (jul. 2020)

Situação	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos	Total (%)	Negros (%)	Branco (%)
Fora da força de trabalho	76.472	26.781	20.308	16.587	11.912	100,0	56,7	42,1
Não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar na semana anterior (A)	28.251	11.130	5.802	7.326	3.699	100,0	65,3	33,6

(Continua)



Situação	Total	Mulheres negras	Mulheres brancas	Homens negros	Homens brancos	Total (%)	Negros (%)	Brancos (%)
Proporção das pessoas fora da força de trabalho (%)	<b>36,9</b>	41,6	28,6	44,2	31,0	-	-	-
Não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, mas gostariam de trabalhar na semana anterior (B)	<b>18.932</b>	7.170	3.528	5.449	2.591	<b>100,0</b>	66,7	32,3
Proporção das pessoas fora da força de trabalho (%)	<b>24,8</b>	26,8	17,4	32,8	21,8	-	-	-
Desalentados pela pandemia (%) (B/A)	<b>67,0</b>	64,4	60,8	74,4	70,1	-	-	-

Fonte: PNAD Covid-19 (IBGE, 2020b).

Nesse sentido, os efeitos da crise sanitária têm se mostrado até agora ainda mais perversos para a população negra. Essas transformações apontam para uma intensificação tanto do *deficit* de oportunidades de inserção laboral quanto das já precárias relações de trabalho existentes, em grande parte, não cobertas por mecanismos de proteção social e/ou trabalhista, dada a alta informalidade.

#### 4 CONCLUSÃO

As múltiplas e interseccionais desigualdades que pesam sobre a população negra têm se apresentado de modo intenso e se agravado durante esse tempo de pandemia. Além da atenção aos efeitos diretos das condições de saúde e de acesso a atendimento médico, as perspectivas de subsistência e inserção laboral mostram-se essenciais para, ao menos, não permitir a ampliação das desigualdades raciais, tão marcantes e estruturantes no país.

A estratificação do mercado de trabalho, além de ser agudizada nesse período pandêmico, traz outras consequências. Além do aumento da desocupação, entre a população ocupada, foram os cidadãos pretos e pardos que, por um lado, mais sofreram afastamento do trabalho, e, por outro, os que menos se beneficiaram da manutenção do vínculo laboral por meio de trabalho remoto. Ademais, formaram a ampla maioria da capacidade laboral submetida à situação de desemprego oculto por desalento, em grande parte justificada pela impossibilidade de buscar emprego durante a pandemia.

Portanto, os dados aqui debatidos permitem constatar que a experiência do trabalho, em tempos de pandemia, tem se manifestado distintamente pelo conjunto dos trabalhadores, intensificando as desigualdades em termos de vínculo e proteção, em desfavor das pessoas que já vivenciavam condições de trabalho mais vulneráveis.

Desse modo, não bastasse a gravidade do quadro atual de desigualdades no universo laboral brasileiro, as perspectivas também tendem a se delinear de forma desigual, caso não sejam enfrentadas pelas ações governamentais. Ao ser apartada de atividades remuneradas, por desemprego ou por desalento, importante parcela da população tende a ampliar a demanda por serviços públicos e assistência social, estes já pressionados por restrições orçamentárias (Pinheiro *et al.*, 2020). Na ausência (ou insuficiência) de redes de proteção social, o horizonte torna-se mais do que preocupante.

Além de políticas de garantia de emprego e estímulo à atividade produtiva, especialmente nos setores intensivos em força de trabalho, a ampliação e o fortalecimento das redes de proteção social e trabalhista (Silva, 2020) mostram-se como medidas fundamentais, a fim de se evitar que os efeitos atuais da crise conduzam à intensificação do já expressivo nível de desigualdade racial existente no mercado de trabalho.

#### REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial. *Carta de Conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 48, 2020a.

- \_\_\_\_\_. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de junho. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 48, 2020b. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724\\_cc48\\_mt\\_final.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724_cc48_mt_final.pdf)>.
- COSTA, B. L.; SILVA, M. A. (Orgs.). **Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil**. Porto Alegre: Cegov, 2020.
- HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 62).
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Covid-19 – resultado mensal (junho 2020)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Covid-19 – microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Igualdade racial. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 20, 2012.
- \_\_\_\_\_. Igualdade racial. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 22, 2014.
- \_\_\_\_\_. Análise do mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 69, 2020a.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e renda. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 27, 2020b.
- KERSTENETZKY, C. Redistribuição no Brasil no século XXI. In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, A. P. (Orgs.). **As políticas da política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e PT**. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.
- LAMEIRAS, M. A. P.; CAVALCANTI, M. A. F. de H. PNAD Covid-19 – divulgação de 14/8/2020 – principais destaques. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 48, 3º trim. 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200814\\_cc48\\_pnad\\_covid.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200814_cc48_pnad_covid.pdf)>.
- MARCONDES, M. M. *et al.* **Dossiê mulheres negras**. Brasília: Ipea, 2013.
- MATIJASCIC, M.; SILVA, T. D. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: Ipea, 2014.
- MORAES, R. F. **Medidas legais de incentivo ao distanciamento social: comparação das políticas e governos estaduais e prefeituras das capitais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 16).
- NOGUEIRA, M. O.; SILVA, S. P.; CARVALHO, S. S. **Socorro governamental às pequenas unidades produtivas frente à atual pandemia**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 63).
- PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 75).
- PINHEIRO, M. B. *et al.* O financiamento federal dos serviços socioassistenciais no contexto da Covid-19. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 80).
- SÁ, E. B. **A saúde pública e o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 68).
- SANTOS, M. P. *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020.
- SILVA, S. P. O panorama laboral brasileiro no contexto recente da economia latino-americana. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 64, 2018.
- \_\_\_\_\_. Políticas de inclusão produtiva: o “elo perdido” da proteção social? **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, n. 27, 2020.





## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Reginaldo da Silva Domingos

#### **Assistente de Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Editores**

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herlyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

#### **Capa**

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Livraria Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)







## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL